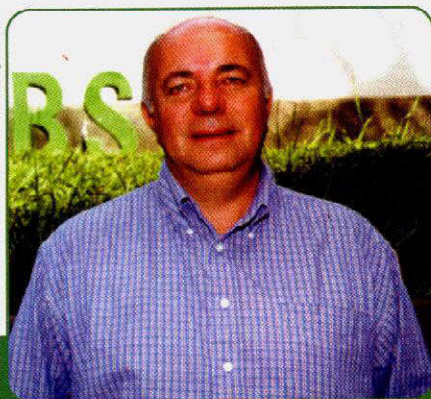


A ciência na discussão do código florestal

The Science in the discussion of the Forestry Code
La Ciencia en discusión del Código Forestal

Divulgação / SBS



Nelson Barboza Leite

É indiscutível que o Código Florestal Brasileiro necessita de ajustes que contemplem os avanços tecnológicos e os modernos conceitos de sustentabilidade. Passados 35 anos de sua promulgação (na verdade 47 anos de sua proposição), é lógico e natural do progresso da humanidade o fato de estarmos vivendo uma nova realidade econômica, social e ambiental. O mundo é outro, e os novos apelos da sociedade precisam ser atendidos.

Neste contexto, uma evolução expressiva, foi conquistada, inclusive, pela própria ciência florestal que precisa ser incorporada às diretrizes do principal instrumento da legislação setorial. Da mesma forma, temos de admitir que atualmente os movimentos ambientalistas questionam e reivindicam com muito mais embasamento técnico-científico e exigem, com razão e mais propriedade, uma nova postura daqueles que se utilizam de nossas riquezas florestais.

Há certamente interessados dos setores

produtivos, sociais e ambientais com disposição e maturidade profissional capazes de formatar um novo Código Florestal que possa, de fato, orientar essa importante atividade econômica na busca da sustentabilidade. O Brasil é um País de vocação florestal por excelência. Somos donos da maior Reserva Natural de Florestas Tropicais, a mais rica biodiversidade, e nossas plantações florestais alcançam produtividades imbatíveis.

No entanto, continuamos em uma posição quase que insignificante no mercado internacional de produtos florestais. Aumentar de forma programada e planejada nossa posição neste ambiente externo de negócios significa gerar milhares de empregos, a custos reduzidos e distantes das grandes concentrações demográficas. É criar serviços de infra-estrutura em regiões marginalizadas; é levar a vida à parcela significativa e desassistida de tudo e de todos. Há dados incontestáveis, defendidos pelos setores produtivos, sociais e ambientais, mostrando que a atividade florestal sustentável, em suas mais variadas alternativas, é um dos mais importantes vetores para se promover o desenvolvimento sustentável de inúmeras regiões brasileiras.

O discurso apontando nossas vantagens competitivas e comparativas, o enaltecimento de nosso potencial inexplorado, a demonstração das evidências de nossas pobreza, tudo isso já se tornou desgastado e ineficaz. É preciso empenhar decisões políticas e ações enérgicas e legítimas perante à sociedade, para que as coisas aconteçam! E para isso é inevitável que as diretrizes de nossa atividade sejam regidas por um Código Florestal atualizado e que contemple a realidade brasileira à luz da ciência

florestal, conforme as necessidades econômicas, sociais e ambientais do País. Portanto, as informações técnicas e científicas devem ser disponibilizadas e esclarecidas.

Muito diferente do que em outras ocasiões, as discussões do Código Florestal alcançaram abrangência nacional. Isto é muito importante, mas ao mesmo tempo muito preocupante e perigoso também. Não faltarão os “oportunistas de plantão” que, com certeza, farão esforços redobrados para tirar proveito da situação. Plantonistas existem em todos os segmentos, lutando de forma radical pela imobilização de tudo, assim como pela liberação geral e exploração de toda nossa riqueza florestal. São forças políticas que decidem e que podem criar situações insuperáveis para a viabilização da atividade florestal brasileira.

É neste momento que prevalece a crença de que a figura da academia se torna imprescindível! A voz da academia é soberana e representa a ciência florestal. É e será sempre comprometida com a sustentabilidade científica. Pode até ter certa dose ideológica, mas jamais deixará de considerar, prioritariamente, a informação científica. Sabemos que o Brasil tem cientistas e pesquisadores capacitados, comprometidos com a causa florestal e integrados aos anseios da sociedade.

Não se pode deixar de exigir a presença acadêmica em um momento decisivo para o destino do setor florestal brasileiro. Ela que deve orientar cientificamente as diretrizes para alterações do Código Florestal Brasileiro. Em momentos como este as universidades têm as grandes oportunidades de mostrar a relevante contribuição que presta à sociedade. ▲

Por Nelson Barboza Leite, presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS). E-mail: sbs@sbs.org.br